

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

Food and Nutrition Education in the Pedagogical Projects of the Pedagogy Courses of the State of Ceará

Francisco Nunes de Sousa Moura
Raquel Crosara Maia Leite
Universidade Federal do Ceará - UFC
Fortaleza-Brasil

Resumo

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tem avançado em políticas públicas para debate desde o início da escolarização das crianças, o que denota necessidade de planejamento e execução nas instituições de ensino. Assim, objetivou-se averiguar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Pedagogia, promovidos por instituições de ensino superior (IES) do Estado do Ceará, tendo foco a análise das disciplinas voltadas à EAN nas matrizes curriculares. Para tanto, realizou-se uma averiguação nos PPCs de sete cursos de Pedagogia, ofertados em sete cidades cearenses, em busca de disciplinas que tangenciam a EAN. Observou-se que nas matrizes curriculares dos PPCs em estudo, tal promoção acontece em disciplinas de Ensino de Ciências e de Educação em Saúde, quando ofertadas, tendo ênfase superficial. Portanto, a EAN precisa avançar na dimensão dos cursos de Pedagogia em IES cearenses.

Palavras-chave: Alimentação saudável; Currículo; Formação de professores.

Abstract

Food and Nutrition Education (EAN) has advanced in public policies for debate since the beginning of children's schooling, which denotes the need for planning and execution in educational institutions. Thus, the objective was to investigate the Pedagogical Course Projects (PPCs) of Pedagogy, promoted by higher education institutions (IES) in the State of Ceará, focusing on the analysis of disciplines aimed at EAN in the curriculum matrices. To this end, an investigation was carried out in the PPCs of seven Pedagogy courses, offered in seven cities in Ceará, in search of subjects that touch upon the EAN. It was observed that in the curriculum matrices of the PPCs under study, such promotion takes place in Science Teaching and Health Education subjects, when offered, with superficial emphasis. Therefore, EAN needs to advance in the dimension of Pedagogy courses in HEIs from Ceará.

Keywords: Healthy eating; Resume; Teacher training.

Introdução

As organizações curriculares, pautadas nos conteúdos e na preparação do discente como cidadão, são de caráter significativo para a formação inicial docente em saberes específicos e didáticos necessários à utilização na educação básica. Isso acontece devido o currículo ser construído a partir das vertentes de vivência dos indivíduos e, portanto, recebe a denominação de um dispositivo de poder para preparação dos sujeitos com saberes e práticas a serem aplicadas em ações profissionais (LOPES; MACEDO, 2011). Ou seja, os documentos curriculares apresentam um discurso textual que norteiam a preparação para comportamentos em sociedade (PARASKEVA, 2008).

O currículo possui distintas formas de estruturação, iniciando desde as organizações curriculares nacionais até as práticas docentes exercidas em sala de aula. Por isso, conforme Moreira (1997), ele pode ser organizado como: 1 - currículo formal (ou prescrito, como chamado por muitos autores): planos e propostas idealizadas pelo governo, os quais regem as avaliações nacionais; 2 – currículo em ação: o que é planejado e executado nas escolas e, especificamente, em sala de aula; e 3 - currículo oculto: relações estabelecidas nas salas de aula, as quais não foram postas por regras e normas. Perante caracterizações e conceitos, destaca-se que o currículo apresenta diversos significados e contextos, adotando um caráter polissêmico de abordagens e interpretações (FEITOSA; LEITE, 2011).

Nesse contexto, o currículo atende diversas demandas formativas para colaborar de forma exitosa na inserção dos alunos da educação básica em sociedade. Dentre os vários temas trabalhados por ele pontua-se a temática Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Tal tema tem ganho espaços nas decisões governamentais e organizações curriculares desde o ano de 1990 (BRASIL, 2012), visto a identificação dos hábitos alimentares inadequados dos brasileiros, que resultaram em condições de desnutrição e obesidade em distintos períodos de tempo.

No âmbito educacional no Brasil, a EAN, depois do ano de 1990, começou com uma tímida inserção no currículo prescrito até ampliar a presença em discussões nos diversos contextos educacionais. Por exemplo, ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997a), verifica-se a inserção do tema alimentação saudável dentro da proposta transversal Saúde, espaço onde se há discussão de demais temáticas correlatas a ela. Após 20 anos dessas decisões, observa-se a inserção da EAN como transversal na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017).

A inclusão da EAN no currículo prescrito tem sido justificada pelo aumento de brasileiros com hábitos alimentares inadequados, identificado em Brasil (2020). Somado a isso, as atividades relacionadas à EAN nas instituições de ensino têm sido centralizadas em aspectos morfofisiológicos do organismo (BOOG, 2013), o que denota imprescindíveis ampliações na promoção da alimentação saudável para contemplar os seus diversos âmbitos. Ademais, outros documentos curricularesⁱ específicos da EAN solicitaram, ao longo desse tempo, a inserção dessa temática como transversal, reconhecendo as potencialidades do contexto educacional para a formação do discente.

Assim, enfatiza-se que a EAN deve ser promovida desde o início de escolarização das crianças. Ao voltarmos para a preparação desses sujeitos que podem aprender e disseminar conhecimentos sobre a alimentação saudável, identifica-se, segundo Brasil (2006a), que os cursos de Pedagogia são os responsáveis pela formação de professores para trabalhar com o presente público. Em outras palavras, esses cursos devem organizar a matriz curricular para a formação de crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Não obstante, os cursos de Pedagogia perpassam por limitações ao formar os pedagogos para atuar em diversas funções, sendo a fragmentação das disciplinas, a formação em campos específicos do conhecimento e a falta de aprofundamento nos conteúdos alguns dos fatores limitantes, na qual divide espaços com outras necessidades formativas de atribuição desse profissional (GATTI, 2014). Outrossim, pontua-se que a EAN, quando citada nas propostas curriculares em tais cursos, aparece em disciplinas correlatas de Ciências da Natureza (ESTEVES; GONÇALVES, 2013), de Educação em Saúde (HANSEN, 2016) ou, em poucos casos, peculiares da alimentação saudável (HABOBA, 2017).

Tudo isso demonstra as possibilidades de promoção dos assuntos de EAN na formação de pedagogos no Brasil, embora, muitas vezes, aconteça de forma superficial, visto a necessidade de se trabalhar outras temáticas das Ciências da Natureza e da Saúde. Ademais, outro problema identificado na literatura incidiu na falta de trabalhos nessa perspectiva nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (MOURA; LEITE, 2020), o que limita conhecer as diversas realidades de estudo e promoção do presente tema nas instituições de ensino superior (IES).

Diante dos escritos, surgiu o seguinte questionamento: como as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia do Estado do Ceará estão organizadas para preparar os

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

licenciandos pedagogos na temática de EAN? Essa indagação circunda o contexto político de construção dessas matrizes, além de identificação das disciplinas promovidas por tal curso.

Com isso, o objetivo desse trabalho consistiu em averiguar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Pedagogia, ofertados por uma instituição pública do Estado do Ceará, tendo foco na análise das disciplinas voltadas à EAN nas matrizes curriculares. Para tanto, verificou-se o contexto político da produção de cada PPC, comparando com currículos prescritos e identificou-se as disciplinas relacionadas à promoção da EAN nas matrizes curriculares e a sua proposta no ementário. Dessa maneira, buscou-se enfatizar as estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia de IES cearenses, com o intento de analisar e enriquecer as possibilidades de promoção do presente tema nas diversas instituições brasileiras.

Procedimentos Metodológicos

No que tange aos objetivos desta pesquisa, observou-se que ela é caracterizada como do tipo exploratória e descritiva, na qual, quando aproximados, trazem à tona entendimentos inovadores dos problemas investigados, explorando novos âmbitos e descrevendo os fenômenos identificados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Em termos de abordagem, essa é considerada como qualitativa, que contempla um universo de opiniões, crenças, valores dentre outras situações que circundam o comportamento humano e não podem ser quantificáveis (MINAYO, 2001).

No que diz respeito a construção dos dados, essa averiguação científica se baseou em análise documental. Segundo Gil (2019), tal método de investigação incide na apreciação de “[...] materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”, com o intuito de dar novos sentidos e achados aos temas estudados. Tais peculiaridades são relevantes para a averiguação das propostas curriculares dos cursos de Pedagogia, em IES cearenses, sobre o ensino da alimentação saudável aos futuros pedagogos, proposição orientada por Hansen (2016).

Referente ao cenário da pesquisa, conforme o Ministério da Educaçãoⁱⁱ, o Estado do Ceará possui sete IES públicas, três Estaduais e quatro Federais. Porém, dessas apenas uma se destaca por promover o curso de Pedagogia em sete cidades cearenses, enquanto as demais IES, embora também se expandam no Ceará, levam outros cursos de licenciatura/bacharelado destoantes do de Pedagogia. Portanto, considerando que essa

única IES estadual forma o maior número de pedagogos no território cearense, ela foi selecionada para análise curricular dos cursos de Pedagogia sobre a promoção da EAN.

Delimitado o cenário da investigação, pesquisaram-se os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), as matrizes curriculares e as ementas das disciplinas em todos os centros e as faculdades da IES selecionada, vigentes até o ano de 2019, período de realização dessa investigação científica. A preferência por esses registros ocorreu pela procura de conhecimento da construção geral do currículo dos cursos de Pedagogia, bem como o método de propagação dos conteúdos, em especial, ao do objeto tema desta investigação. Em seguida, os documentos foram criptografados com o nome Campus seguido de uma sequência numérica de 1 a 7.

Importa salientar que os registros foram obtidos a partir de buscas em sites das IES ou solicitados às coordenações dos cursos de Pedagogia via *E-mail*, nos casos em que não foram disponibilizados os PPCs, as matrizes curriculares e as ementas nos sites. No percurso de averiguação documental e análise dos dados, investigou-se o contexto de produção dos PPCs (ano, documentos norteadores), confrontando-os a documentos governamentais da época, específicos da Educação ou sobre a EAN, ou seja, uma análise contextual.

Em seguida, averiguou-se as referências explícitas ao tema de alimentação saudável nas disciplinas, juntamente as ementas, sejam elas específicas (intituladas nutrição, alimentação, EAN); as de Educação em Saúde (ES); e do Ensino de Ciências (EC); ou com títulos similares, mas que remeteram aos termos destacados e que possuíam ligações com o tema em realce. Dessarte, os PPCs tiveram as análises textuais para exibição das disciplinas de EAN e as suas formas de oferta nesses cursos.

Resultados e Discussões

Adquiridos os documentos curriculares, houve a verificação dos anos de publicação (quadro 1), confrontando-os ao período das divulgações de documentos oficiais específicos da Educação e os que regem o ensino sobre temas relacionados à alimentação saudável nos espaços escolares. Isso é relevante para conhecer o contexto de cada PPC e as instigações governamentais para inserir a EAN nas matrizes curriculares nas escolas da educação básica e/ou do ensino superior, em seguida, foram apresentadas as ofertas disciplinares nos cursos de Pedagogia. Os PPCs recebidos desses cursos foram os implementados mais recentemente nas IES solicitadas, sendo que em alguns casos os próprios coordenadores

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

exigiram tal utilização, embora se tenha solicitado documentos publicados em anos anteriores.

Quadro 1 – Especificações dos cursos de Pedagogia no Estado do Ceará.

IES – em anonimato	Ano de criação do curso	Ano de implementação do PPC
Campus₁	1983	2009
Campus₂	1954	2011
Campus₃	1983	2012
Campus₄	1974	2014
Campus₅	1983	2017
Campus₆	1981	2018
Campus₇	1995	2019

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se um distanciamento de dez anos entre o PPC implementado mais antigo até o mais recente. Entretanto, os PPCs podem atender a várias políticas públicas da EAN aplicadas desde o início dos anos 2000, ainda que no decorrer da última década (2010 a 2019) se tenha intensificado tais políticas na educação básica, conforme o quadro 2. Enfatiza-se também que as IES relataram sobre mudanças em andamento nos seus PPCs para adequação à BNCC, inclusive nas matrizes curriculares, contudo, essas não foram consideradas devido estar em processo de produção, sem previsões para aprovação em todos os setores necessários de análise, bem como da sua implementação no curso.

Quadro 2 – Documentos curriculares oficiais de promoção da EAN nas escolas.

Documentos governamentais	Ano
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	1997
Plano Nacional de Educação	2001
Portaria Interministerial de nº 1.010	2006
Programa de Saúde na Escola	2007
Programa Nacional de Alimentação Escolar	2009
Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional	2012
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	2013
Guia Alimentar para a População Brasileira	2014
Documento de estratégia intersetorial de prevenção e controle da obesidade: recomendações para estados e municípios	2014
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2017
Lei 13.666	2018

Fonte: Elaborado pelos autores.

Caracterizando o contexto histórico inserido na época de produção dos PPCs, destaca-se que até o ano de 2009 (PPC da IES Campus₁, o mais antigo) já haviam sido elaboradas diversas políticas educacionais para oferta da EAN nas instituições de ensino.

Entre tais políticas enfatiza-se os PCN, com a inserção da alimentação saudável dentro da temática transversal Saúde (BRASIL, 1997a) e na área de Ciências Naturais (BRASIL, 1997b).

Apesar da falta específica de transversalização da EAN nas IES em estudo, ela poderia estar imbricada em outros componentes curriculares e ações voltadas à temática, no escopo do tema transversal Saúde, requerendo formação acadêmica nos cursos de licenciatura. Ademais, nota-se o destaque para o Plano Nacional de Educação (PNE) - para os anos de 2001 a 2010 – que tinha como meta a adição dos temas transversais nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação de professores (BRASIL, 2001). Isso implica em uma roupagem divergente do tema Saúde proposto pelos PCN e intensificado pelo PNE, o que para o curso de Pedagogia atenderia as temáticas transversais em diversas modalidades e etapas de ensino, bem como na sua atuação como docente ou como gestor escolar.

As duas políticas públicas anteriormente citadas atendem de forma (in) direta a EAN para a educação básica ou o ensino superior. Contudo, uma política pública específica da alimentação saudável para a promoção na educação básica e que reflete na necessidade formativa nos cursos de licenciatura incidiu na parceria interministerial realizada pelo Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, em 2006, promovendo práticas educativas de EAN em todas as etapas de ensino que compõem a formação básica – educação infantil, ensino fundamental e médio. Essa decisão emergiu da possibilidade de se abordar a EAN em todos os contextos da preparação cidadã (social, cultural, político, dentre outros), com o intento de alterar perfis insatisfatórios da saúde humana (BRASIL, 2006b).

As premissas são perspectivas importantes de reflexão da EAN nas escolas, pois tais decisões reverberaram na produção de projetos a serem inclusos nas instituições de ensino básico, o que seria interessante de apropriação pelas IES de Pedagogia para formação inicial em sintonia com as propostas governamentais. Somada as políticas públicas mencionadas, em 2007 houve a criação do decreto 6.286, que promulga a inserção de temas da saúde na educação básica, a partir do Programa de Saúde na Escola - PSE (BRASIL, 2007). Isso norteia maior ênfase de assuntos da saúde na educação, em especial, relacionada a formação de professores para tratamento dessa temática nas disciplinas curriculares.

Tais propostas governamentais podem nortear todos os PPCs, uma vez que foram criados após as suas promulgações oficiais, sendo que políticas posteriores referenciam os próximos componentes curriculares, após o ano de 2009. Assim, apesar de ser em um

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

formato tímido, os estruturadores curriculares dos cursos de Pedagogia estariam imersos na problematização de uma alimentação inadequada, agregada a realidade de iniciativas das políticas públicas para reversão de hábitos alimentares inadequados.

Em continuidade, cabe salientar que algumas decisões oficiais de 2009 talvez não tenham sido de conhecimento dos redatores do PPC da IES Campus₁, o mais antigo dos documentos. Entre tal política, relata-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual determina a inserção da merenda nas instituições de ensino básico público, além de introduzir a EAN ao longo de todo o currículo escolar (BRASIL, 2009).

O PNAE é uma das políticas públicas mais antigas de promoção da alimentação escolar (1950), todavia só recebeu essa roupagem em 2009, instigando a valorização dos alimentos locais e as mudanças nos hábitos alimentares inadequados, além da sua inserção nos currículos escolares (PAIVA; FREITAS; SANTOS, 2016). Diante dos PPCs apresentados, apenas um, possivelmente, não teria acesso ao documento, devido a congruência de tempo.

No que tange aos PPCs de 2011 (Campus₂) e 2012 (Campus₃), eles poderiam atender aos postulados até ao PNAE, visto que não houve publicação de outra política pública de inserção da alimentação saudável no contexto escolar. No último ano citado (2012) ocorreu a divulgação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, instigando menções da EAN em todas as etapas de ensino (BRASIL, 2012).

Os informes da regulamentação de 2009 poderiam ser desconhecidos pelos construtores dos PPCs anteriores em virtude da sua homologação em períodos de tempo posteriores, mas possível de conhecimento dos demais. Esse cenário enfatiza subsídios iniciais de políticas públicas voltadas à alimentação saudável que os cursos de licenciatura, como os de Pedagogia, poderiam utilizar para abordar a EAN nas diversas disciplinas curriculares, embora isso seja um processo iniciante no âmbito dessas políticas públicas.

Contrário aos PPCs antecedentes, os próximos documentos curriculares estiveram presentes em aspectos mais consolidados da alimentação saudável. O PPC de 2014 (Campus₄) está imerso no âmbito do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2012), além das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (BRASIL, 2013), instituindo, pela primeira vez, a EAN como tema transversal nessa etapa de ensino, o que gera avanços nas propostas educativas de promoção da alimentação saudável e leva os organizadores das IES de Pedagogia a refletirem as suas organizações curriculares. Assim, nota-se que apenas quatro das IES analisadas atualizaram os seus PPCs após

determinação de transversalidade da EAN no âmbito educacional. Desta maneira, a partir da filtragem contextual realizada até aqui, observa-se os âmbitos de tempo favoráveis de promoção da EAN no ensino básico e superior.

O próximo PPC, homologado em 2017 (Campus₅), acompanha a publicação de outros documentos nos anos antecessores. Em 2014, houve a divulgação de dois documentos oficiais, a saber: o Guia Alimentar para a População Brasileira, no qual engloba a alimentação saudável em distintos cenários, contribuindo na sua promoção em diversos contextos (BRASIL, 2014a) e o documento de estratégia intersectorial de prevenção e controle da obesidade: recomendações para estados e municípios, instruindo atitudes e ações para adesão municipal e estadual (BRASIL, 2014b), podendo ser assentidas pelos cursos de Pedagogia em destaque, uma vez que os PPCs, incluindo as propostas curriculares, enfatizam a sua construção considerando a realidade local.

No período de criação do PPC de 2017, em conformidade aos escritos no próprio documento, ocorreu a homologação da BNCC que continua inserindo a EAN como tema transversal (BRASIL, 2017), possibilitando a adesão da nova reforma curricular no material em construção do curso de Pedagogia. Até aqui, as decisões governamentais são replicadas também ao PPC implementado em 2018 (Campus₆), considerando que políticas posteriores poderiam ser desconhecidas pelos redatores desse PPC.

Por fim, potencializando a proposta transversal, a Lei nº 13.666, altera um dos artigos da LDB de nº 9.394/96 (BRASIL, 2018) e adiciona a EAN como tema transversal dentro do arquivo governamental de orientação para educação básica, denotando caráter de urgência para a sua inserção nas instituições de ensino básico e formação de professores. Dentre os PPCs analisados aconteceu apenas uma homologação após a divulgação de todos os documentos oficiais descritos, em 2019 (Campus₇). Eles são voltados a EAN e intensificam a possibilidade de aplicar o tema alimentação saudável em disciplina(s) específica(s) e/ou correspondente(s) na matriz curricular dos cursos de Pedagogia. Tais possibilidades representam novas roupagens nos cursos pesquisados, pois atendem ainda mais as exigências de assuntos necessários de debates na educação, como os transversais.

A contextualização do quadro 1, a partir dos documentos oficiais referentes a EAN, propicia reflexões no planejamento das estruturas curriculares das IES, com o intento da análise dos temas a serem inseridos em suas composições curriculares, bem como colabora

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

na problematização das vertentes de (não) inserção da EAN nos cursos de Pedagogia. Assim, os cursos de formação docente devem efetivar a inserção dos alunos em aspectos culturais e sociais da alimentação saudável, considerando a heterogeneidade de comportamentos e sujeitos nas escolas, além das necessidades de cada local (GATTI, 2016).

Em complemento, as decisões governamentais, exibidas no quadro 2, aplicadas na prática possibilitam a minimização do cenário de ineficiência da formação pedagógica nos cursos de licenciatura brasileiros, os quais possuem baixa centralidade nos aspectos docentes (BARRETO, 2015) e em EAN (MOURA; LEITE, 2020). Destarte, o currículo das instituições de ensino básico e superior precisam considerar a autonomia e a criatividade docente, contrariando um modelo de currículo rígido e normatizado (ARROYO, 2013).

No que tange ao uso de documentos oficiais para a construção dos PPCs, todas as IES investigadas utilizaram as DCN para os Cursos de Pedagogia quanto as suas produções, seja a publicada em 2006 (BRASIL, 2006a) e/ou atualizada para formação geral de professores em 2015 (BRASIL, 2015). Nesses documentos, o tópico voltado à docência relata que as disciplinas curriculares devem atender aos aspectos locais, além de integrarem uma interdisciplinaridade entre as distintas disciplinas do currículo, o que denota uma ampliação da EAN ao contexto dos alunos da educação básica.

Sobre os arquivos governamentais usados para orientação teórica-metodológica de conteúdos, todos os documentos averiguados citaram os PCN, sendo que nos PPCs das IES Campus₅ e Campus₇ houve a menção também da BNCC. Tais citações demonstram conhecimento e apropriação dos documentos oficiais quanto às propostas de adequação dos conteúdos nas matrizes curriculares, considerando o contexto em que cada IES está inserida. Isso possibilita a análise de promoção dos temas transversais da Saúde e da EAN na preparação acadêmica docente, embora as DCN para os cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006a) e atualizadas para formação de professores em geral (BRASIL, 2015) não incitem a adesão dos temas transversais ao longo do currículo desses cursos, fragilizando a sua implementação, pois não estão orientados nesses arquivos bases.

Não obstante, outros documentosⁱⁱⁱ, acompanhando determinadas legislações, também foram usados como suporte para construção de alguns dos PPCs, a saber: o de Direitos Humanos e de Educação Ambiental, ambos constituem propostas transversais. Curiosamente, situação semelhante de valoração desses temas esteve presente em políticas públicas educacionais no Brasil, como as DCN para a Educação Básica (BRASIL, 2013), que

mencionaram todos os tópicos considerados como transversais e os dois itens em destaque foram explanados em subcapítulos, o que poderia ser feito para os demais temas transversais, pois as explicações orientam e subsidiam a criação de proposições curriculares das instituições de ensino básico e superior.

Diante desta conjuntura, considera-se importante o uso e a descrição igual de outros documentos e legislações dos temas transversais, pois assim como os temas mencionados, os demais apresentam relevância de discussão. Desta maneira, as peculiaridades citadas devem ser revisadas tanto pelos cursos que apresentam tal realidade, assim como se deve manter cuidado na criação e/ou atualização das estruturas curriculares em outras IES.

Ademais, a produção dos PPCs, com base nos documentos oficiais de inserção da EAN nas escolas, auxilia na compreensão do contexto de suas construções e os seus suportes legislativos para as matrizes curriculares em análise. Sobre essas matrizes, em sintonia ao processo de coleta de dados, elas foram categorizadas em duas etapas. A priori, buscou-se as disciplinas que remetem a EAN, o que será de suma relevância para identificação das propostas de ensino da alimentação saudável.

Em seguida, procurou-se por menções da EAN nas ementas dos componentes curriculares, os quais podem estar destacadas em alusões a documentos curriculares da educação básica, formação e foco em assuntos relacionados a alimentação saudável nos ementários de diversos componentes curriculares. Com isso, as prerrogativas propiciam os saberes de instrução da EAN nas disciplinas, devendo ser atendidas pelos docentes formadores. Assim, o próximo subtópico aborda esse conjunto de categorias.

Análises das Matrizes Curriculares e das Ementas

A procura sucedeu-se em disciplinas correspondentes à alimentação saudável, as quais tangenciam os seus temas. O quadro 3 contém as disciplinas obrigatórias e as optativas relacionadas a tal temática, escolhidas devido a centralidade dos assuntos de EAN no componente curricular de Ciências e em políticas públicas da saúde. Em seguida, foi observado o ementário dessas disciplinas em busca de especificações dessas propostas.

Quadro 3 – Disciplinas que remetem a EAN nas matrizes curriculares cearenses.

IES – em anonimato	Disciplinas Curriculares	
	Obrigatórias	Optativas
Campus,	Ensino de Ciências	Educação e Saúde

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

Campus ₂	Ciências Naturais I na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ciências Naturais II na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
		Saúde da Criança
Campus ₃	Ensino de Ciências	Educação Popular e Saúde
Campus ₄	O Ensino de Ciências da Natureza	Educação Popular e Saúde
Campus ₅	Ensino de Ciências da Natureza	-
Campus ₆	-	-
Campus ₇	Ensino de Ciências	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

As primeiras constatações no quadro 3 incidiram na falta direta de disciplinas para a EAN ou sobre os temas transversais para norteamento das suas inserções na prática docente. Houve unicamente disciplinas indiretas, tais como do Ensino de Ciências (EC) e da Saúde, sendo a primeira presente na maioria das IES investigadas. Em alguns casos, houve a promoção apenas do EC, sem outras disciplinas ligadas ao objeto estudado.

As prerrogativas são limitadas por falta de uma abordagem específica da EAN, apresentando-se em disciplinas que compartilham outros assuntos temáticos, sobretudo às Ciências, que abordam a história e filosofia das ciências, além dos assuntos científicos. Em outras situações, destaca-se também a falta de disciplina específica do EC, cenário preocupante devido os futuros professores pedagogos precisarem dos saberes dessa disciplina para atuação docente.

Na pesquisa de Hansen (2016) também não foram vistas disciplinas remetentes à EAN ou aos temas transversais, tendo relatos superficiais desse tema no EC, dividindo tempo com outras temáticas científicas e da saúde. Nota-se a inserção dos assuntos da alimentação saudável no trabalho descrito, contudo de forma limitada. Ademais, as tímidas aparições de propostas da Saúde, entre elas a alimentação saudável, nos cursos de licenciatura fragilizam a sua integral inserção na educação básica, necessitando de proposituras mais amplas do presente tema nesses cursos (SAMPAIO; ZANCUL; ROTTA, 2015).

Em contramão da pesquisa análoga, Haboba (2017) buscou disciplinas correlatas a Educação em Saúde em IES paulista, na qual descobriu a presença de um componente curricular voltado a essa proposta, intitulado Nutrição. Esse achado contribui para corroborar a possibilidade de adesão das disciplinas específicas da alimentação saudável nas matrizes curriculares para formação de professores pedagogos, embora os docentes e os discentes opinem ser preciso intensificar tais propostas, uma vez que sentem a necessidade de melhor preparação nos assuntos da Saúde. Importa enfatizar que se busca na presente

pesquisa um processo formativo voltado a EAN, podendo acontecer em disciplinas específicas sobre alimentação saudável ou que as tangenciam, normalmente, as Ciências e a Saúde, onde se espera uma roupagem transversal, o que pode incitar a ampliação desse tema a outros campos do saber e atender as legislações.

Relacionado ao ensino de Ciências Naturais, a investigação de Esteves e Gonçalves (2013), a procura de disciplinas desta área do saber em cursos de Pedagogia, detectaram apenas 7, de 678, pautadas nos saberes específicos das ciências, sendo as demais voltadas a fundamentos, práticas e métodos de ensino. Essas particularidades denotam que somente a inserção de componentes curriculares das Ciências Naturais não são suficientes para a eficiência de sua promoção, precisando envolver e contextualizar igualmente os conteúdos.

Tais premissas foram listadas por Gatti e Nunes (2009), ao sondarem as facetas formativas das IES para preparação dos pedagogos no Brasil. Nesse estudo, identificou-se que apesar de haver disciplinas de saberes inerentes a EAN, intituladas de Nutrição, as matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia precisam ampliar a carga horária nos aspectos docentes, visto a relevância desse profissional para a formação discente da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Em pesquisa com um coordenador de curso sobre a divisão da carga horária, Hansen (2016) identificou a diminuição de disciplinas com assuntos específicos, em prol da formação desse profissional em aspectos exclusivos metodológicos, fragilizando uma abordagem integral de saberes necessários à docência.

Em quesito de matriz curricular, constatam-se que os postulados do quadro 3 são congruentes a maioria das publicações análogas ao tema em realce dessa pesquisa e, assim, eles são problemáticos, pois os cursos passam a não atender com eficiência a proposta em estudo, essencial de discussão. As produções citadas, semelhantes a propositura investigativa, foram identificadas no levantamento bibliográfico do Estado da Questão (EQ) de Moura e Leite (2020), inferindo na ausência de uma roupagem mais consolidada de disciplinas e enfoques de práticas docentes voltadas aos saberes científicos e pedagógicos da formação dos professores pedagogos em todos os contextos da preparação cidadã.

Os desafios emergidos dessa realidade incitam a produção de alternativas que minimizam as problemáticas das matrizes curriculares, contemplando os anseios da formação de professores. Nesse ensejo, o aumento de mais componentes curriculares,

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

como apontado por autores da literatura em discussão, torna-se fragilizada, uma vez que ocorrerá o crescimento de conteúdos na mesma sintonia de diminuição da carga horária para atender as disciplinas. Isso intensifica as problemáticas do currículo em quesito da efetivação de qualidade dos cursos formativos docentes, com base na preparação de conteúdos e de ações didáticas (GATTI, 2016).

Outra opção averiguada nos trabalhos do EQ consistiu em políticas públicas com o intento de intensificar a formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, os quais foram analisados em algumas obras, como método de conhecimento das propostas curriculares. Todavia, precisa-se de mais investimentos para novas estratégias de organização curricular e projetos para complementar a formação docente (ESTEVES; GONÇALVES, 2013; HABOBA, 2017; HANSEN, 2016).

Correspondente aos saberes promovidos nas disciplinas, a proposta no ementário do EC, única disciplina curricular presente de forma obrigatória na maioria dos cursos, consiste em abordar as temáticas de ensino equivalente aos documentos oficiais da educação básica, os PCN e a BNCC, compartilhando tempo com outros temas complementares à formação em Ciências Naturais, a saber o seu histórico, as suas diretrizes e os seus fundamentos.

As preocupações relacionadas à preparação coerente em conhecimentos específicos e pedagógicos aos docentes em formação incidem na possibilidade de evitar a aquisição de informes conteudistas apenas pelo profissional pedagogo formado e atuando na profissão docente, perfil identificado por Rocha e Megid Neto (2013). Enquanto isso, o EC, na formação inicial, esteve pautado em fundamentos teóricos-metodológicos da disciplina. Isso limita as amplas discussões em assuntos científicos.

A respeito da estruturação disciplinar do EC, destaca-se que a IES Campus₆, exibida sem nenhum componente curricular ligado a EAN, contém disciplinas intituladas “Tópicos em Ciência I: pesquisa qualitativa e quantitativa em educação”, “Tópicos em Ciência II: estrutura do trabalho científico”, “Ciência e Educação” e “Corpo, Ambiente e Educação”, os quais seus títulos são interligados a presente pesquisa. Porém, com a análise das ementas identificou-se os três primeiros componentes como pautados na formação do professor-pesquisador, enquanto o último volta-se a um aspecto do movimento corporal e artístico, sem menções a saberes científicos e pedagógicos das Ciências da Natureza, em particular à EAN.

A IES em destaque está imbricada no contexto da maioria dos cursos de Pedagogia analisados por Esteves e Gonçalves (2013), faltando aspectos dos saberes científicos e pedagógicos da formação em Ciências da Natureza. Esses resultados estão em desacordo também com a proposta das DCN para os cursos de Pedagogia, em que propõem o ensino de todas as disciplinas da Educação Básica, incluindo as Ciências da Natureza (BRASIL, 2006a).

As limitações descritas são dadas pela dificuldade em contemplar aspectos essenciais da formação do professor pedagogo, havendo divergência entre a oferta no currículo e o que é requerido na educação básica às Ciências (SOUZA et al., 2011). Assim, na ausência de uma palpável preparação científica dos conteúdos, os docentes se limitam nos postulados de outros recursos de suporte para as aulas, como o livro didático. A preocupação sobre esse recurso é a falta de aprofundamento dos docentes nos saberes científicos em outros ambientes, o que limita as suas práticas de ensino e reproduz possíveis erros contidos nesse material, que é valorizado nas escolas como recurso para determinação das sequências de conteúdos ensinados na educação básica (BARGANHA; GARCIA, 2009; LONGHINI, 2008).

Como complemento de preparação acadêmica, os cursos investigados ofertam disciplinas curriculares optativas, entre elas, as de interesse dessa pesquisa. As IES analisadas realizam tal oferta, exceto o Campus₅, o Campus₆ e o Campus₇, contendo nas duas últimas apenas o EC como possível disciplina promotora de temas da Saúde, embora sejam os PPCs mais atuais e imbricados em diversas políticas públicas da Saúde e da EAN. Enquanto isso, outros cursos possuem peculiaridades na oferta de componentes curriculares pautados na área da Saúde. Em ênfase, na IES Campus₂ contém disciplinas optativas da Saúde e suplementar ao EC, abordando neste último apenas assuntos específicos da Educação Básica, ao passo que o primeiro está voltado, exclusivamente, no aspecto do desenvolvimento da “Saúde da Criança”.

A proposta das disciplinas optativas, excetuando-se a intitulada “Saúde da Criança” da IES Campus₂, incidiu no estudo da dialogicidade entre perspectivas correlacionadas da Saúde e da Educação, assim como o ensino do conceito de Saúde transcendendo aspectos biomédicos e perpassando fatores da cultura, do ambiente e da sociedade. Essa proposta de Educação em Saúde foi elencada em muitas publicações de autores referências dessa área

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

para a prática inicial e continuada docente, como Mohr (2002), Venturi (2013), entre outros, sendo potencializadas pelas propostas de programas de Saúde na Escola (BRASIL, 2007).

Em contrapartida, a propositura da disciplina “Saúde da Criança” contém pontos da junção entre saúde e educação no âmbito higienista, nutricional e de primeiros socorros, ou seja, de forma assistencialista, em que o docente deve se preocupar no cuidado com as crianças. Isso pode ser fruto da relação de aspectos do cuidar e do educar presentes nas DCN do professor pedagogo (BRASIL, 2006b). Para Santos et al. (2015), tais processos são indissociáveis, podendo emergir a partir de práticas pedagógicas docentes e não só nos cuidados em situações de emergência. Assim, a abordagem pelo docente formador determina e elucida as perspectivas dos licenciandos quanto ao cuidar e educar relacionado a alimentação e a nutrição.

Quanto às ementas, elas não constam as organizações conteudistas a serem abordadas pelos docentes, sendo planejadas pelo professor, o que pode variar quanto a ênfase e a profundidade dos assuntos científicos e as suas formas de aplicação relacionadas a alimentação saudável. Por isso, considera-se que muitas vezes as disciplinas podem não abranger os temas necessários de discussão, como a EAN, em todos os seus aspectos. As pesquisadoras Gatti e Nunes (2009) ratificam esses achados ao discorrerem que as ementas, contendo a programação disciplinar, ainda são insuficientes para abranger uma formação docente integral.

Na análise de matrizes curriculares das IES de um Estado do Brasil, Libâneo (2010) identificou que algumas IES propõem o Ensino de Ciências com “fundamentos de biologia da educação”, enquanto as demais trazem à tona conteúdos de Biologia, porém mais ligados à Educação Ambiental, embora outros assuntos tenham sido elencados em tópicos disciplinares. Isso demonstra uma priorização de saberes nas Ciências da Natureza, além da distribuição de diversos assuntos em cargas horárias não tão suficientes para essas abordagens, corroborando a superficialidade no tratamento de assuntos científicos aplicados nas disciplinas curriculares.

Em suma, as prerrogativas mostram que não há disciplinas explícitas de EAN, contendo apenas componentes curriculares interligados a tal proposta, assim como demais temáticas da Saúde. Ainda que esses dados estejam congruentes a outras publicações semelhantes a essa perspectiva investigada, a prática pedagógica dos professores

formadores pode divergir, trabalhando a EAN em seus planejamentos e atividades de ensino.

Considerações Finais

O currículo educacional deve atender as demandas sociais, dando ênfase a temáticas necessárias de discussão na sociedade e que fomentam mudanças nos hábitos inadequados dos brasileiros, os quais, muitas vezes, podem acarretar doenças. Dentro dessa demanda se encontra a EAN, indispensável de discussão no meio acadêmico, visto o crescimento de sujeitos com índices insatisfatórios no quadro clínico da Saúde. Estruturado de forma nacional (currículo prescrito) e em sala de aula (currículo em ação), ele organiza a promoção da EAN nos cursos de licenciatura, sobretudo, no de Pedagogia, lócus dessa pesquisa e que forma profissionais para trabalhar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Portanto, com base nos achados da presente pesquisa sobre os cursos de Pedagogia do Estado do Ceará, pontua-se que o tema alimentação saudável se encontra no contexto de disciplinas que o tangencia, como o Ensino de Ciências e a Educação em Saúde. Com isso, faltam componentes curriculares para intensificar a formação em EAN ou aos temas transversais, onde despertariam para essa prática na educação básica. Contudo, cabe ressaltar que outros espaços, que não foram investigados na presente pesquisa, podem promover assuntos de EAN, a saber, os diversos programas de ensino, pesquisa e extensão.

Percebeu-se também que os PPCs mais antigos contemplaram mais disciplinas para a área da saúde do que os mais recentes, o que fragiliza as possibilidades formativas, pois nesse último fica apenas o Ensino de Ciências como componente curricular obrigatório. Importa salientar que a intenção pelos autores desse artigo não é a construção de diversas disciplinas que gerem o avolumamento na matriz curricular, mas buscar maiores possibilidades de promoção e debates das temáticas da saúde, em especial, a EAN, que tem sido uma temática emergente de discussão nos diversos setores sociais.

Em alguns casos, apesar de haver disciplinas que circundam a EAN, a proposição do componente curricular tem sido diferente do esperado para as disciplinas de Ensino de Ciências e de Educação em Saúde. No primeiro, identificou-se a ênfase em especificidades do método científico, enquanto no segundo a preocupação incidiu de forma assistencialista, sendo que ambos pouco contribuem para a necessária formação em temáticas que

A Educação Alimentar e Nutricional em Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia do Estado do Ceará

circundam às Ciências da Natureza e à alimentação saudável. Somado a isso, os PPCs foram elaborados sem o suporte de documentos governamentais de EAN, situação diferente para outras temáticas, tais como os de Direitos Humanos e da Educação Ambiental em um dos PPCs. Tal realidade requer reflexão por parte dos elaboradores das matrizes curriculares das IES para acompanhar as necessárias demandas da atualidade local.

Referente as ementas, elas utilizaram os PCNs e/ou a BNCC como documentos norteadores para seleção de assuntos a serem abordados nas disciplinas, sem delimitação de conteúdos no documento, apenas de orientação para os docentes, o que será essencial na organização e execução dos assuntos científicos. Por fim, salienta-se que os dados apresentados nessa pesquisa se limitam somente às organizações curriculares de promoção da EAN, sendo necessários maiores estudos sobre as práticas pedagógicas dos docentes e como contemplam a alimentação saudável em suas aulas, com o intento de verificar transcendências das limitadas abordagens identificadas nas matrizes curriculares. Assim, solicita-se maiores reflexões pelos responsáveis das construções curriculares das IES para melhor estruturar a promoção da EAN, entendendo esse tema como urgente e necessário de discussão, assim como é apontado por documentos oficiais e estudiosos da área.

Referências

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2013, 376 p.

BARGANHA, D. E.; GARCIA, N. M. D. Estudos sobre o uso e o papel do livro didático de Ciências no ensino fundamental. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), VII, 2009, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

BARRETTO, E. S. S. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 679-701, 2015.

BOOG, M. C. F. **Educação em Nutrição: integrando experiências**. 1ª ed. Campinas, SP: Komedi, 2013, 268 p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Decreto 6.286/2007**. Institui os Programas de Saúde na Escola, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Parecer CNE/CP 1/2006, 2006a.

BRASIL. **Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019**. Ministério da Saúde - VIGITEL BRASIL, 2020.

BRASIL. **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade:** recomendações para estados e municípios. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2014b.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira.** Ministério da Saúde, 2014a.

BRASIL. **Lei nº 010172/2001.** Estabelece o PNE (2001-2010), 2001.

BRASIL. **Lei nº 1.010/2006.** Estabelece as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Ministérios da: Saúde e Educação, 2006b.

BRASIL. **Lei nº 11.947/2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.666/2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Ciências Naturais. Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental, 1997b.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental, 1997a.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, MEC, 2015.

ESTEVES, P. E. C. C.; GONÇALVES, P. W. Os cursos de Pedagogia do estado de São Paulo e os professores de ciências naturais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), IX, 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** São Paulo - SP, 2013.

FEITOSA, R. A.; LEITE, R. C. M. Avaliação do currículo do curso de Ciências Biológicas da UFC: em busca da melhoria da formação de professores de Biologia. In: BARZANO, M. A. L.; ARAÚJO, M. L. H. S. (Org.). **Formação de Professores:** retalhos de saberes. 1ª ed. Feira de Santana - BA: UEFS Editora, 2011. p. 315-340.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista internacional de formação de professores**, Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2016.

GATTI, B. A. O que se percebe é que a questão da docência é sempre relegada como se fosse algo menor. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 248-275, 2014.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (Orgs.). **Formação de professores para o ensino fundamental:** estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. v. 29. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009, 158p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7ª ed. São Paulo - SP: Atlas, 2019, 200 p.

HABOBA, L. A. Y. **A formação do pedagogo na perspectiva da educação em saúde**. 2017. 260 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (EPE/UNIFESP), São Paulo, 2017.

HANSEN, K. S. **A formação de professores para o desenvolvimento da educação em saúde na escola**: investigando o currículo de um curso de pedagogia. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2016.

LIBÂNEO, J. C. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, 2010.

LONGHINI, M. D. O conhecimento do conteúdo científico e a formação do professor das séries iniciais do ensino fundamental. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 241-253, 2008.

LOPES, A. C.; MACÊDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011, 279 p.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 51-66.

MOHR, A. **A natureza da educação em saúde no ensino fundamental e os professores de ciências**. 2002. 410 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Ciências da Educação - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, Utopia e Pós-modernidade. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo: Questões Atuais**. Campinas - SP: Papirus, 1997, p. 9-28.

MOURA, F. N. S.; LEITE, R. C. M. A educação alimentar e nutricional em questão: desdobramentos na formação inicial de professores pedagogos. **Research, Society and Development**, Itabira-MG, v. 9, n. 2, p. 109922141, 2020.

PAIVA, J. B.; FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L. A. S. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2507-2516, 2016.

PARASKEVA, J. El currículo como Práctica de Significaciones, p. 81-96. In: RASCO, F. A. et al. (org.). **Educación, Justicia y Democracia en las Instituciones Educativas**. Sevilla: Publicaciones Cooperación Educativa, 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013, 277 p.

ROCHA, M. B.; MEGID NETO, J. Trajetória de professores dos anos iniciais do ensino fundamental e a formação de seus saberes sobre Ensino de Ciências. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), IX, 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** São Paulo, 2013.

SAMPAIO, A. F.; ZANCUL, M. S.; ROTTA, J. C. G. Educação em Saúde na formação de professores de Ciências Naturais. **Revista electrónica de investigación en educación en ciencias**, Buenos Aires, v. 10, n. 2, p. 46-58, 2015.

SANTOS, C. O. et al. A indissociabilidade de cuidar e educar na educação infantil: um olhar sobre a modalidade creche. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais**, Sergipe, v. 3, n. 1, p. 213-226, 2015.

SOUZA, A. L. S. et al. A formação do pedagogo na UESBI de Jequié-BA e o ensino de Ciências nas séries iniciais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), VIII, 2011, Campinas. **Anais...** São Paulo, 2011.

VENTURI, T. **Educação em saúde na escola**: investigando relações entre professores e profissionais de saúde. 2013. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

Notas

ⁱ Alguns documentos norteadores para a inserção da EAN como transversal no currículo escolar: Portaria Interministerial nº 1.010 de 08 de maio de 2006 (BRASIL, 2006); Lei nº 11.947/2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (BRASIL, 2009); Lei nº 13.666 de 16 de maio de 2018 (BRASIL, 2018).

ⁱⁱ Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>>. Acesso em: 20/10/2020.

ⁱⁱⁱ Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Sobre os Autores

Francisco Nunes de Sousa Moura

Licenciado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Educação de Crateús/Universidade Estadual do Ceará (FAEC/UECE). Mestre e Doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências (GEPENCI-PPGE/UFC/CNPq). Servidor público efetivo no município de Ipaoranga/CE, com lotação na Secretaria de Educação.

E-mail: nunes.moura@alu.ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8745-5010>

Raquel Crosara Maia Leite

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Atualmente é docente associado I da Universidade Federal do Ceará, lotada no Departamento de Teoria e Prática do Ensino na Faculdade de Educação (FACED/UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação Brasileira (PPGE/UFC) e do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (ENCIMA/UFC). É uma das líderes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências (GEPENCI-PPGE/UFC/CNPq).

E-mail: raquelcrosara@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1563-9670>

Recebido em: 13/09/2021

Aceito para publicação em: 24/10/2021